



Relatório de acompanhamento da Agenda Regulatória 2015-2016

**Período 2016
(segundo trimestre)**



A Agenda Regulatória para o período 2015-2016 reúne uma lista de temas a serem formalizados por meio de regulamentos, planos e estudos.

A Portaria nº 1.003, de dezembro de 2015, do Conselho Diretor, aprovou a Agenda Regulatória para o período em tela. Em junho de 2016, avaliando as ações de regulamentação em curso que não constavam da Agenda, no âmbito do processo nº 53500.210989/2015-88, o Conselho Diretor a alterou por meio da Portaria nº 750. As alterações feitas estão destacadas na tabela em anexo a este relatório de acompanhamento. No mesmo processo, o Conselho Diretor definiu que a Agenda Regulatória deve ser o rol exaustivo das ações de regulamentação em curso na Agência, não devendo ser dado andamento às ações normativas que não constem neste instrumento.

O acompanhamento trimestral da Agenda Regulatória visa a dar ampla transparência e visibilidade a essas ações de aprimoramento da regulação no setor de telecomunicações. Este acompanhamento é feito de modo a ser possível avaliar o nível de execução e de conclusão da Agenda. O nível de execução visa a medir o avanço de cada ação elencada. Essa avaliação é feita por meio da ponderação de cada fase percorrida pela ação, conforme ilustra a figura 1.



Figura 1. Metodologia de cálculo do nível de execução

Esse acompanhamento tem o objetivo de avaliar o esforço empreendido pela Agência na execução de cada uma das ações que compõem a Agenda, considerando as metas intermediárias que foram estabelecidas para o período de referência (no caso, 2015-2016). Nesse sentido, ao se atribuírem pesos às ações regulatórias conforme as fases em que se encontravam (ver Anexo I), tem-se que o nível de execução estava em 53,4% (cinquenta e três vírgula quatro por cento)¹ em 30 de junho de 2016, conforme figura 2.

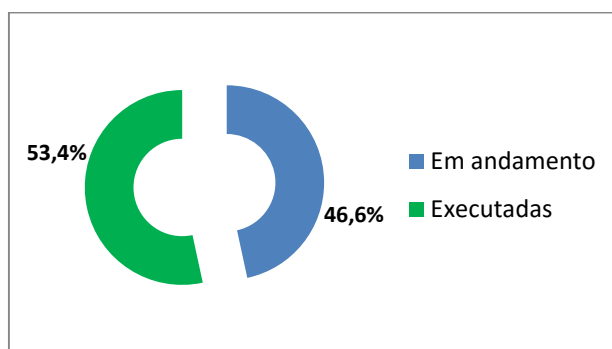


Figura 2. Nível de execução das ações regulatórias da Agenda 2015-2016

¹ Em 31 de dezembro de 2015, o nível de execução era de 26,8% (vinte e seis vírgula oito por cento). Já em 31 de março de 2016, o nível de execução era de 28,9% (vinte e oito vírgula nove por cento).

Sob a ótica da conclusão, considera-se o percentual de itens efetivamente concluídos (regulamentos, editais, planos, entre outros) relativamente à quantidade de itens que compõem a agenda.

Relativamente ao 2º trimestre de 2016, pode-se verificar que o nível de conclusão das ações estava em 16,7 % (dezesseis vírgula sete por cento)², conforme pode ser visto na figura 3 a seguir. Este percentual considera todas as 42 (quarenta e duas) ações previstas na Agenda Regulatória. Entretanto, deste total, 24 (vinte e quatro) estão previstas para serem concluídas até o final de 2016. Considerando apenas o rol de ações previstas para serem concluídas até o final de 2016, o percentual de conclusão ao final do 2º trimestre de 2016 estava em 29,2 % (vinte e nove vírgula dois por cento).

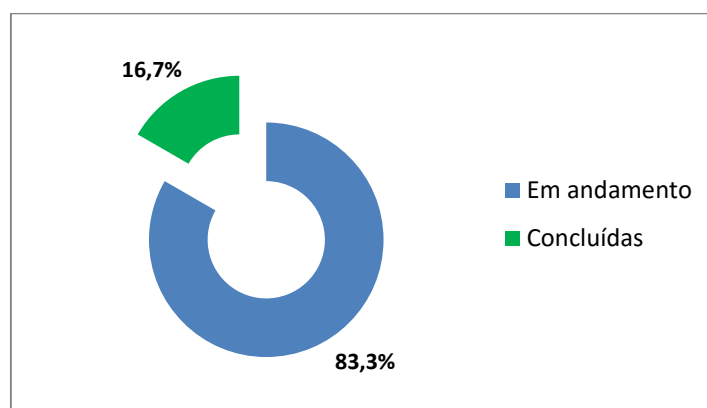


Figura 3. Nível de conclusão das ações regulatórias da Agenda 2015-2016

A figura 4 mostra a localização, dentro da Agência, das ações previstas na Agenda Regulatória 2015-2016 em 30 de junho de 2016 e ainda em andamento.

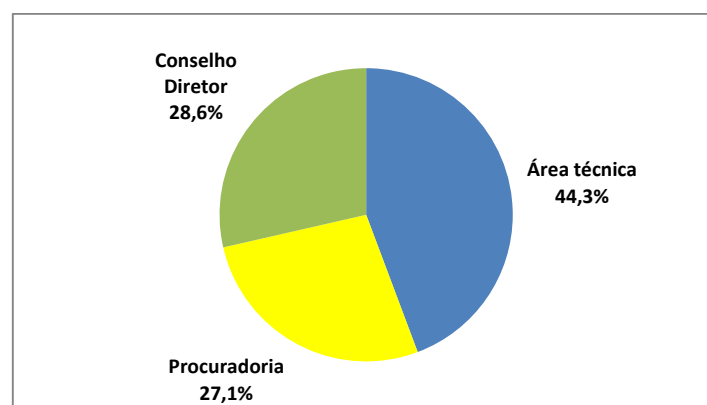


Figura 4. Localização das ações em andamento³

² Em 31 de dezembro de 2015 e em 30 de março de 2016, o nível de conclusão era 12,9% (doze vírgula nove por cento).

³ Em 31 de dezembro de 2015, os percentuais eram: 57,4% (cinquenta e sete vírgula quatro por cento) na área técnica, 11,1% (onze vírgula um por cento) na Procuradoria e 31,5% (trinta e um vírgula cinco por cento) no Conselho Diretor. Já em 30 de março de 2016, os percentuais eram: 66,7% (sessenta e seis vírgula sete por cento) na área técnica, 7,4% (sete vírgula quatro por cento) na Procuradoria e 25,9% (vinte e cinco vírgula nove por cento) no Conselho Diretor.

A figura 5 mostra a distribuição das ações previstas na Agenda Regulatória 2015-2016, em 30 de junho de 2016, conforme a situação processual.

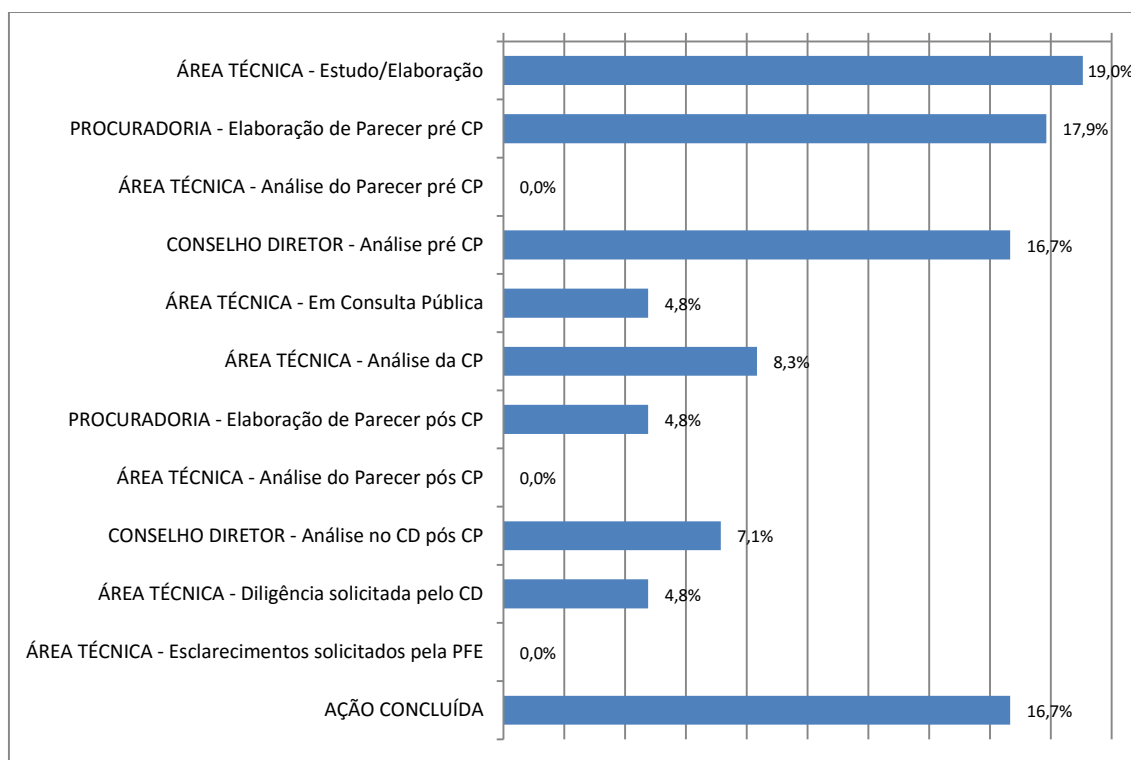


Figura 5. Distribuição das ações regulatórias conforme a situação processual

Anexo I. Situação das ações previstas na Agenda Regulatória 2015-2016 em 30 de junho de 2016

MATÉRIA	PROCESSO(S)	METAS			SITUAÇÃO EM 30/6/2016
		2º/2015	1º/2016	2º/2016	
Elaborar posicionamento da Anatel para subsidiar Decreto de regulamentação da neutralidade de rede prevista no MCI	53500.001836/2015-41		Aprovação Final		Concluído
Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações	53500.013266/2013-71 53500.022263/2013-28 53500.015702/2016-99		Relatório de AIR	Consulta Pública Aprovação Final	Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria
Revisão dos Contratos de Concessão de STFC	53500.013266/2013-71		Aprovação Final		(1)
Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações	53500.008486/2010-30			Consulta Pública Aprovação Final	Diligência à área técnica solicitada pelo Conselho Diretor sobre proposta de Consulta Pública
Proposta de Revisão do Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU de STFC	53500.022263/2013-28		Aprovação Final		(1)
Reavaliação da regulamentação sobre acessibilidade	53500.002203/2014-70	Consulta Pública	Aprovação Final		Concluído
Reavaliação da regulamentação de obrigação de universalização	53500.009254/2015-11		Relatório de AIR e Consulta Pública	Aprovação Final	Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria
Reavaliação da regulamentação de TUP	53500.002609.2015-33	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final	(2)
Reavaliação dos procedimentos de acompanhamento e controle de obrigações	53500.205186/2015-10		Relatório de AIR	Consulta Pública e Aprovação Final	Estudo/Elaboração pela área técnica (3)
Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações	53500.006207/2015-16 53500.002609.2015-33		Relatório de AIR	Consulta Pública	Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria
Reavaliação da regulamentação de pesquisa da qualidade percebida e da satisfação dos usuários de serviços de telecomunicações	53500.022456/2014-60	Aprovação Final			Concluído
Reavaliação da regulamentação sobre interrupções	53500.002609.2015-33		Consulta Pública	Aprovação Final	(2)
Reavaliação do modelo de gestão de espectro	53500.014958/2016-89		Relatório de AIR	Consulta Pública	Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria

MATÉRIA	PROCESSO(S)	METAS			SITUAÇÃO EM 30/6/2016
Reavaliação da regulamentação de uso de espectro	53500.000680/2008-52		Aprovação Final		Análise do Conselho Diretor pós CP
Reavaliação da regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC	53500.008950/2014-11		Consulta Pública e Aprovação Final		Análise da Consulta Pública pela área técnica
Reavaliação da regulamentação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	53500.019849/2009-29		Aprovação Final		Concluído
Reavaliação de critérios para isenção de outorga de serviços	53500.020152/2012	Consulta Pública	Aprovação Final		Elaboração de Parecer pós CP pela Procuradoria
Reavaliação do modelo de outorga e licenciamento de serviços de telecomunicações	53500.014706/2016-50		Relatório de AIR	Consulta Pública	Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria
Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	53500.002058/2008		Relatório de AIR e Consulta Pública	Aprovação Final	Estudo/Elaboração pela área técnica
Reavaliação da regulamentação sobre interconexão	53500.000163/2014-21	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final	Análise do Conselho Diretor pré CP
Reavaliação da regulamentação de numeração de redes de telecomunicações	53500.008466/2016-54 (administração de recursos) 53500.023992/2014-82 (numeração de redes)		Relatório de AIR		(i) Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria (administração de recursos de numeração) (ii) Análise da Consulta Pública pela área técnica (numeração de redes)
Reavaliação da regulamentação do Plano Geral de Contas	53500.013984/2016-90		Relatório de AIR	Consulta Pública	Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria
Reavaliação da regulamentação sobre a metodologia do fator X	53500.011854/2015-31	Relatório de AIR	Consulta Pública e Aprovação Final		Diligência à área técnica solicitada pelo Conselho Diretor sobre proposta de Consulta Pública
Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes	53500.207215/2015-70	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final	Análise do Conselho Diretor pré CP
Elaboração da regulamentação sobre homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado	53500.010731/2013-11		Consulta Pública	Aprovação Final	Análise do Conselho Diretor pré CP
Desenvolver requisitos técnicos para a certificação de terminais fixos para verificar o suporte ao protocolo IPv6	53500.210103/2015-04	Aprovação Final			Concluído

MATÉRIA	PROCESSO(S)	METAS			SITUAÇÃO EM 30/6/2016
Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de Produtos para Telecomunicações	53500.010924/2016-15		Relatório de AIR	Consulta Pública	Elaboração de Parecer pré CP pela Procuradoria
Reavaliação da regulamentação sobre exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência	53500.029606/2010-32	Relatório de AIR	Consulta Pública		Em Consulta Pública
Avaliação da regulamentação sobre acompanhamento de infraestruturas críticas e mitigação de desastres	53500.008329/2012-96	Aprovação final			Concluído
Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações	53500.027258/2014	Consulta Pública e Aprovação Final			Concluído
Reavaliação do modelo de tratamento das Prestadoras de Pequeno Porte	53500.006606/2016-50			Relatório de AIR e Consulta Pública	Estudo/Elaboração pela área técnica
Proposta de revogação do Regulamento para Certificação do Cartão Indutivo, aprovado pela Resolução nº 471, de 5 de julho de 2007	53500.900001/2016-57			Aprovação Final	Elaboração de Parecer pós CP pela Procuradoria
Regulamento do Processo Eletrônico na Anatel	53500.005769/2016-15			Consulta Pública	Análise do Conselho Diretor pré CP
Norma para Certificação e Homologação de transceptores ponto-a-ponto	53500.023039/2014-34			Consulta Pública	Análise do Conselho Diretor pré CP
Regulamento para a Arrecadação de Receitas Tributárias da Anatel	53500.009395/2016-15			Consulta Pública	Estudo/Elaboração pela área técnica
Regulamento de Restituição e Compensação de Receitas Administradas pela Anatel	53500.008064/2012-26			Aprovação Final	Análise da Consulta Pública pela área técnica
Revogação de Práticas Telebrás	53500.006195/2015-11			Consulta Pública	Análise do Conselho Diretor pós CP (4)
Destinação de RF - prorrogação do AMPS	53500.015419/2015 53500.010431/2011			Aprovação Final	Análise da Consulta Pública pela área técnica (5)
Destinação de RF - faixas em 15 GHz	53500.011308/2015-09			Aprovação Final	Análise do Conselho Diretor pós CP (6)
Destinação de RF - faixas para o SARC	53500.013832/2015-14			Aprovação final	Análise do Conselho Diretor pré CP
Destinação de RF - faixa de 148-174 MHz	53500.018565/2014-82			Consulta Pública	Análise do Conselho Diretor pré CP (7)

MATÉRIA	PROCESSO(S)	METAS			SITUAÇÃO EM 30/6/2016
Reavaliação da Metodologia de precificação de direitos de uso de radiofrequência previstos no Regulamento de Cobrança do PPDUR	53500.030030/2014-80			Aprovação Final	Estudo/Elaboração pela área técnica
Avaliação da redução de velocidade, suspensão de serviço ou de cobrança de tráfego excedente após o esgotamento da franquia de banda larga ofertada pelas prestadoras de SCM	53500.008501/2016-35			Relatório de AIR	Estudo/Elaboração pela área técnica
Destinação de RF - faixas exclusivas para o FSS na banda KA	53500.008298/2015-16			Aprovação Final	Em Consulta Pública
Destinação de RF - faixas relativas ao Serviço de Radioamador	<i>Não há processo instaurado</i>			Consulta Pública	Estudo/Elaboração pela área técnica
Destinação de RF - Regulamentação da Banda S	<i>Não há processo instaurado</i>			Consulta Pública	Estudo/Elaboração pela área técnica

(1) Projetos incorporados ao escopo do projeto "Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações".

(2) Projetos incorporados ao escopo do projeto "Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações".

(3) O Relatório de AIR e a proposta de Consulta Pública sobre o Regulamento de Fiscalização Regulatória foram encaminhados para Parecer da Procuradoria em 12 de julho de 2016.




(4) A proposta em discussão no Conselho Diretor versa sobre Portaria disciplinando sobre o uso das Práticas Telebrás no âmbito da Anatel. Sendo Portaria, a área técnica entende que não é necessária Consulta Pública.

(5) Está em análise no Conselho Diretor o Pedido de Reconsideração apresentado em face do Acórdão nº 90/2016-CD, que aprovou a Consulta Pública sobre o tema e deu outras providências.

(6) A alteração ao Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de 15 GHz foi aprovada por meio da Resolução nº 669, publicada no Diário Oficial da União em 12 de julho de 2016.

(7) A Consulta Pública nº 18, sobre Proposta de Revisão do Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 148 MHz a 174 MHz, iniciou em 12 de julho de 2016.148-174 MHz

LEGENDA

	Ação concluída ou meta intermediária executada no prazo
	Meta intermediária parcialmente executada
	Meta intermediária não executada

[Projeto ou meta incluído\(a\) em junho de 2016](#)

~~[Projeto ou meta excluído\(a\) em junho de 2016](#)~~